ANO 6.º

Sexta-feira, 23 de Janeiro de 1914

NUMERO 306

O DEMOCRATA (AVENÇA)

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) . . . 1$20
Semestre . . . $60
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . . . 2$50
Avulso . . . $02

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

—(*)—

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha . . . 4 centavos
Comunicados . . . 2 centavos
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

Outra lança em Africa!...

Conquistou-a o chefe supremo do evolucionismo na sua desgraçadissima interpelação realisada na passada terça-feira. Não achou ocasião mais azada de cuspir sobre o govêrno as mais refalsadas e caluniosas acusações do que neste momento em que o país atravéssa uma crise das mais gráves originada pela gréve ferro-viaria que além de excitar profundamente a opinião pública apaixonando em demasia um grande numero de interessados, se está refletindo dolorosamente em todos os ramos do comercio e em todas as manifestações da vida nacional.

O sr. Antonio José de Almeida, á falta de argumentos indiscutivelmente comprovativos das suas aptidões politicas, da sua orientação como chefe dum partido e das abundantes qualidades que os seus amigos lhes reconhecem como um dos *estadistas* de maior elevação, tem durante a sua investidura de chefe, até á ultima terça-feira, sómente dado as provas mais visiveis—ao alcance das mais pequeninas inteligencias—da pequenez das suas faculdades e aptidões como dirigente dum partido, quanto mais para se abalançar a suprema direcção dum gabinete.

Quantos têm sido os documentos por s. ex.ª trazidos ao Parlamento, quantos os projectos de lei para serem contrapostos aos que o govêrno tem apresentado, quaes os diplomas de qualquer especie que o país conheça, a atestarem a suprema, a grande, a onipotente orientação junta aos conhecimentos indispensaveis para quem se apresenta como redentor do país, capaz de tudo vencer, apto para tudo modificar, pronto a arcar com a chefia dominadôra duma situação?

Em que baseia o sr. Antonio José de Almeida dentro ou fóra do Parlamento, todas as suas investidas contra o govêrno? Discutindo, desfiando com verdadeira mestria, com conhecimentos irrefragaveis as medidas do govêrno? Salientando as irregularidades e desastrosas consequencias na futura execução das medidas governamentaes?

Não. Nada disso. Os assuntos mais puéris, os argumentos mais pobres, mas suficientemente demonstrativos da pequenez do seu espirito politico, são em quanto o sr. Antonio José de Almeida baseia os seus grandes discursos de *formidaveis* acusações contra o govêrno, que tem realisado uma monumental obra de administração, de fomento e de justiça. Mas é neste campo, dentro destes principios absolutamente indispensaveis para um confronto de superioridade politica e administrativa que o sr. Antonio José de Almeida discorre, discute, invétiva?

O sr. Antonio José de Almeida que enchendo sempre a bôca com a *defêsa e intangibilidade do regimen* lhe tem ostensivamente feito mais mal que quantos conspiradores monarquicos possam existir, não ofereceu os seus serviços e os dos seus correligionarios para ajudar o govêrno a debelar a situação dificil que o comercio e todos os ramos de industria sofrem neste momento. Em compensação fez um grande barulho por causa dum agente policial que serviu em quanto quiz o regimen, e quando não quiz se foi embora servir quem melhor lhe pague! Quando se debatem tão gráves problemas politicos e de ordem publica, afectando as fontes de riquêsa patria, entende o sr. Antonio José de Almeida vir falar do famigerado ex-policia de que fez assunto para uma interpelação, que no ridiculo em que caíu bem correspondeu ao ridiculo que a produziu.

Tal qual como nos tempos dos Marianos, dos Francos, dos Hintzes e dos Lucianos, que se anunciavam *pavorosas* imputando depois a responsabilidade desses motins aos govêrnos de então, o sr. Antonio José de Almeida, com uma inconsciencia imperdoavel, vem com os tropos da sua inflamavel retórica excomungar o chefe do govêrno atribuindo-lhe a responsabilidade nas manifestações anarquicas de abril, junho, julho e de outubro!

Isto seria verdadeiramente triste se não fosse profundamente abominavel!

E num brado de refalsada indignação pede o sr. Antonio José, numa das mais carateristicas passagens do seu discurso, que se soltem monarquicos e republicanos, que tal policia, com o apoio do govêrno, conseguiu enleiar nos fios desse trama miseravel!

Triste, profundamente triste.

E é com este ridiculo assunto que se faz verdadeiro cavalo de batalha e que o sr. Antonio José de Almeida bradou, a plenos pulmões, que o sr. Afonso Costa, custasse o que custasse, havia de explanar ali, sem a mais leve relutancia, toda a obra negra do terrivel policia e *carbonario*, que em criminosos entendimentos fizéra a manifestação monarquica de 21 de outubro findo!

Fez-se o silencio das grandes ocasiões e com a mais compléta tranquilidade o ilustre presidente do govêrno reduziu todas as terriveis e fulminantes acusações que lhe tinham sido feitas, a quanto póde resultar das seguintes palavras em que resumiu a sua resposta—*não conheço nem de vista nem de nome tal agente!*

Por sua vez, Luz de Almeida, garante com a sua palavra de honra que esse agente policial, Homero de Lencastre, nunca pertencera á carbonaria.

Fala depois o sr. ministro do Interior que demonstrando a inconveniencia de referir cértos assuntos quando se está em vespera de julgamento dos culpados, repéte o convite já feito para que o sr. dr. Antonio José de Almeida procurasse no respectivo ministério todos os documentos e provas ilucidativas sobre o assunto referido por s. ex.ª.

E assim, o sr. Antonio José de Almeida, meteu mais uma lança em Africa, como,com estes procéssos, muitas outras já tem conseguido. Não lhe gabâmos o gosto. Mórmente se fôr désta maneira até ao fim da sua peregrinação tão improdutiva quanto anti-patriotica, alardeando dum amôr patrio desmentido a toda a hora pelas suas palavras e pela sua atitude.

Como é magoante dizel-o: os homens que desapaixonada e patrioticamente observam, em todo o país, a obra do govêrno e a perigosa desorientação do afamado tribuno, arrastado pela ambição do poder e pela sofreguidão dos seus arautos politicos, são unanimemente concordes em lamentar aquele que, melhor do que ninguem, poderia ajudar a grande transformação que a nacionalidade portuguêsa exige, satisfazendo não só as suas velhas aspirações, como justificando a implantação do novo regimen, conquistado a tiro de canhão na radiente madrugada de 5 de Outubro.

O Democrata, vende-se em Lisboa na *Tabacaria Monaco*, ao Rocio.

Nota politica

—(*)—

Falou-se muito nos ultimos dias em crise ministerial por causa do conflito suscitado entre o govêrno e o sr. Goulart de Medeiros, presidente do Senado, e que tão parcialmente se conduziu no dia em que ao chefe do gabinête foram feitas as caluniosas acusações que se sabe, pelo senador João de Freitas. Contudo, posteriores noticias autorisam a desmentir esse boato assim como outros que á roda do mesmo caso se teem propalado tendenciosamente e cuja autoria não é dificil descobrir se atendermos á vontade de que as oposições parlamentares manifestam de atirar com o govêrno a terra sem consideração alguma pelos extraordinários trabalhos produzidos em beneficio do país desde que o ministério Afonso Costa se organisou com a simpatia e aplauso da nação inteira.

E' até onde póde chegar a ambição do mando!

Mas ainda não será desta feita, cremos, que os srs. Antonio José de Almeida e Brito Camacho hão-de esfregar as mãos de contentes pelo triunfo dos seus esforços, que resultarão inuteis deante da força e do prestigio adquiridos pelo govêrno á custa de uma administração honésta, que só por si o impõe.

Embora lhes pése, a solução para o conflito do Senado está achada. Resta que todos os bons republicanos, os que acima dos seus interesses, das suas vaidades, dos seus caprichos, das suas ambições põem os interesses da Patria e da Republica, colaborem na obra de reconstrução que este govêrno começou de efectivar e o auxiliem, o ajudem, o amparem na atual conjuntura arredando-lhe do caminho os trambolhos em que pretendem fazel-o tropeçar.

E para isso não é preciso muito.

SIGNIFICATIVO

Cinco deputados independentes que adérem á politica do govêrno

Numa reunião dos parlamentares do Partido Republicano Português efectuada na ultima terça-feira em Lisboa, foi comunicada pelo sr. dr. Afonso Costa á assembleia não só a adesão do sr. Antonio Maria da Silva, ministro do Fomento, á politica democratica, como tambem a dos deputados que com êle faziam parte do grupo dos independentes, srs. dr. Guilherme Godinho, Antonio José Lourinho, Pimenta de Aguiar e João Luís Ricardo.

A expressiva carta que o sr. Antonio Maria da Silva entendeu enviar ao sr. presidente do conselho, e que abaixo reproduzimos, mostrando á evidencia o quão patrioticos tem sido os intuitos de s. ex.ª, serve bem para confrontar com outros e tirar conclusões, tarefa que deixâmos aos nossos leitores que de cérto compreendem o alto significado, no atual momento, de tão valiosas adesões.

Por nós só temos que nos congratular com a nobre atitude do sr. ministro do Fomento e dos seus amigos ao declararem-se correligionarios politicos do sr. Afonso Costa.

Segue a carta:

Ex.mo sr. dr. Afonso Costa, dignissimo presidente do ministério — *Circunstancias politicas de diversa natureza determinaram a formação, na actual sessão legislativa, do grupo denominado* dos independentes, *sem o qual não teria sido possivel solucionar, por vezes, as crises ministeriais, dada a heterogeneidade dos elementos que compõem as respectivas câmaras. Foi numa déstas crises que êsse grupo ofereceu o seu leal apoio para a constituição de um govêrno partidario— cuja formação vinha sendo reclamada ha muito pela opinião publica, embora sob a condição do estabelecimento de várias medidas de caracter economico, financeiro e de politica geral, da qual não devem abdicar num regimen democratico aquêles que subordinam toda a sua acção partidaria a principios superiores de orientação ou de disciplina mental ou moral. E foi assim que se constituiu o actual govêrno e que, portanto, pôde iniciar-se o vasto plano de regeneração economica e financeira, que é hoje a maior garantia de estabilidade da Republica. A realisação efectiva dêsse plano pelo ministério, representante dos grupos democratico e independente e a concordancia do programa parlamentar dos independentes, nos seus pontos fundamentais, com o programa do Partido Republicano Português, aproximaram naturalmente aquêles elementos tornando-os solidarios na obra larga e fecunda do fomento nacional e de reorganisação financeira. Este facto acrescido da inequivoca demonstração de apoio manifestado nas ultimas eleições legislativas, extinguiu virtualmente, se não de facto, a rasão de ser da existencia do grupo dos independentes. Por esse motivo, e cumprindo um dever de lealdade politica e até de camaradagem para com aquêles que me significaram sempre o seu carinhoso apoio na realisação da obra ministerial, expus perante êles o meu modo de vêr, tendo resolvido apresentar,seguidamente,a v. ex.ª a minha demissão de ministro, visto não dever continuar nêsse lugar como representante do grupo dos independentes. Para esse efeito, procurei efectivamente v. ex.ª, apresentando-lhe o pedido da minha demissão, sob o motivo de que não tinha rasão de ser a representação dos independentes no govêrno, desde que este tinha garantida no Congresso uma maioria constitucional. Não tendo v. ex.ª aceitado o meu pedido de demissão, por várias rasões de ordem politica que então alegou, entendi dever informar novamente o grupo dos independentes, tendo-se então resolvido definitivamente que cada um dos seus elementos recobraria a sua liberdade de acção politica. Néstas condições, inteiramente livre de quaisquer compromissos politicos de caracter partidario, e julgando-me obrigado a completar a obra de fomento, para cuja realisação encontrei sempre a mais decidida e leal cooperação da parte de v. ex.ª e dos seus amigos politicos e correspondendo ainda ás iniludiveis provas de estima e de afectuosa camaradagem que v. ex.ª aliás tem mantido com todos os seus colégas, entendo dever significar a v. ex.ª, nêste momento, a minha completa adesão ao Partido Republicano Português, a fim de que seja interprete déstas minhas declarações junto do Directorio do mesmo Partido.— Com o testemunho da minha maior consideração e estima, sou de v. ex.ª admirador e amigo dedicado—Lisboa, 20—I—914—* **Antonio Maria da Silva.**

GENERAL PICQUART

—(*)—

Anunciou o telegrafo, no dia 19, a morte, em Paris, do antigo ministro da Guerra, George Picquart, cujo nome se tornou celebre a quando da questão Dreyfus pela parte que tomou na defêsa do grande martir, seu camarada.

George Picquart nasceu em 1854. Tinha o curso do estado-maior e regeu a cadeira de topografia na Escola de Guerra.

Estando em 1895 a substituir, como delegado do ministério da guerra, no primeiro processo Dreyfus, o coronel Shanderr, chefe do serviço de informações, eis que começou de conceber duvidas sobre a culpabilidade do perseguido oficial e julgou reconhecer no major Esterhazy o autor do célebre *bordereau*.

Comunicadas superiormente as suas suspeitas, Picquart foi não só mal acolhido como ainda o afastaram de Paris a pretexto duma comissão um pouco vaga e algo incompreensivel. Nomearam-no depois tenente coronel, confiando-lhe o comando do regimento de caçadores argelinos, de Sousse.

Chamado a França em 1898, para depôr como testemunha no processo Zola, o comandante Picquart poz-se em conflito com todo o estado-maior e nomeadamente com o coronel Henry, a quem feriu em duelo. Após o encerramento do processo ele proprio foi arguido de ter falsificado documentos e confiado a terceiros o contexto de *dossiers* que interessavam á defêsa nacional. Por tal motivo reformaram-no e sofreu quasi um ano de detenção.

Restituido á liberdade, depois de proferido o acordão do tribunal superior, que decretou a revisão do procésso Dreyfus, depoz novamente no tribunal de Renes, não reingressando, todavia, no exercito. Picquart colaborou então em diversos jornaes avançados e nomeadamente na *Aurora*, produzindo os seus artigos, por vezes, extraordinária sensação.

Mais tarde, isto é, em 1906, deu-se, como é sabido, a reabilitação definitiva do condenado da Ilha do Diabo. E Picquart, por uma lei especial, aparece nomeado general de brigada, depois generál de divisão, com residencia em Paris, até que em outubro do mesmo ano de 1906 entra para o ministério Clémenceau, sobraçando a pasta da guerra e tão cheio de prestigio que nunca mais o mundo culto poderá esquecer o nome aureolado do ilustre oficial francês.

DR. BERNARDINO MACHADO

Vem a caminho de Portugal o nosso ilustre embaixador junto da Republica Brazileira, que, por telegramas recebidos, teve uma efectuosissima despedida tanto por parte da colonia portuguêsa como do govêrno representante da nação amiga e das autoridades, que até ao vapor o acompanharam.

Todos os jornaes fluminenses louvam a obra de pacificação de Bernardino Machado, a quem antecipadamente apresentâmos cumprimentos de bôas-vindas.

Continuando

Meu amigo

Não acabou ainda o ruido que sobre a morte de Rampolla se produziu.

Numa das minhas mal alinhavadas cartas, á figura desse homem me referi recordando a proposito da sua eleição um episodio que, se não existissem outros anteriores, ápart e o bom senso dos que devem vêr as cousas pelo lado positivo, bastaria ele para acabar com a hipocrita invenção do Espirito Santo inspirar os eleitores para a escolha do Pápa quando se reune o conclave cardinalicio para esse fim.

Rampolla não foi Pápa porque apesar do Espirito Santo inspirar alguns membros do eleitorado para o indicarem, interveio o Espirito Santo de sétro e corôa ou seja o imperador Francisco José que se opoz e venceu fazendo com que a pombinha branca batesse as azas e...

Ora esse caso não é para estranhar. Ainda que o famoso imperador seja um dos maiores sustentaculos do poder da egreja e do Vaticano, fanaticamente religioso como grandemente infortunado na sua vida familiar, quando lhe convem passa por cima de todos os preceitos religiosos e faz prevalecer as conveniencias dos seus Estados.

E adeus Espirito Santo...

Mas, voltando ao principio,sobre a morte de Rampolla tem-nos a imprensa estrangeira trazido as mais curiosas revelações, não só do mistério em que muitos pretendem envolvel-a como ainda dos casos que se déram após o fatal acontecimento.

Desapareceram não só objectos de valor mas ainda um pequeno cofre que continha alem do testamento do falecido, documentos da mais alta importancia.

Por cérto essa desaparição deve-se áqueles que nela tinham interesse e—quem sabe?—á necessidade até de se apoderarem de documentos altamente comprometedores para muitos que esperam com as suas ambições desmedidas, o momento oportuno de ocuparem a decantada cadeira de S. Pedro.

A imprensa, nas primeiras horas, preocupada apenas com o desenrolar dos acontecimentos, falou sem coacção e sem cautéla, referindo, por isso, quanto de facto sobre o caso se passava.

Escreveu-se que o cardeal fôra assassinado no leito quando pedia o auxilio da ciencia e que seria feita a exumação do cadaver para se averiguar da verdadeira causa da morte, que foi, afinal, confirmada como consequencia duma *angina pectoris*.

Afirmou-se mais, sem rodeios, que o testamento, de cuja existencia se não duvida, foi roubado e por isso os herdeiros do morto purpurado iriam reclamar a publicação do penultimo testamento com data de 1889 e no qual Rampolla deserdava os sobrinhos e nomeava herdeiros uma sua irmã e o pápa Leão XIII.

Não ha duvida ter Rampolla feito novas disposições pois é cérto que tanto a irmã como Leão XIII, tinham ha muito falecido, impossibilitando assim a efectividade da vontade do cardeal.

E neste sentido a imprensa italiana, especialmente a de Roma, continua afirmando que *os ladrões, que não vacilaram em saquear o quarto de Rampolla, com o seu cadaver ainda quente, sobre o qual demorava uma grande e bela imagem de cristo crucificado, fixa sobre o seu leito—unica testemunha talvez do crime—não usavam al-*

pergatas nem iam em mangas de camisa!...

A insinuação é clara como o dia, mas apesar de tudo, até agora, nada se tem apurado de positivo a não ser o interesse que o Vaticano neste momento mostra de confundir e baralhar as cousas servindo-se da imprensa qua lhe é afecta. E assim, não se negando absolutamente a reconhecida desaparição do testamento e outros documentos procuram justificar tal facto em outras razões que não encubram um crime, como aventar a possibilidade da sua entrega a... piedosas pessoas com futuros fins...

Vale bem transcrever o que diz um jornal romano sobre mais esta tragedia... religiosa.

«Cértamente o Vaticano se preocupou com possuir todas as cartas oficiaes do cardeal Rampolla. Muitos segredos, muitos processos especialmente nestes ultimos tempos contra os modernistas, na sua qualidade de secretario da Congregação do Santo Oficio—ele escondera, estudára, suspendera para que nem sequer houvésse vestigios no seu retiro solitario e, nestes ultimos tempos, quasi misterioso. Quasi misterioso porque agora poude constatar-se como o cardeal Rampolla vivia uma vida de monge em penitencia; a sua roupa branca estava rasgada, o leito descuidado, o quarto em desordem e poucas são as pessoas que nestes ultimos tempos, dele se aproximaram. Além disso, a sua longa permanencia na secretaría de Estado com Leão XIII, ainda que muito tempo se tivésse passado, podia ter deixado documentos no gabinete de trabalho particular de Rampolla.

Havia, portanto, razão para preocupações; e com efeito o Vaticano enviou a casa de Rampolla pessoa de confiança para guardar e retirar quaesquer documentos que o merecessem. E guardou-se, encontrou-se e retirou-se muita coisa. Mas não tudo, cértamente que não foi tudo. E' impossivel que um homem—e um homem de Estado como Rampolla—deixe *todas* as suas cartas. Especialmente quando teve a surpreza de vêr publicados os seus segredos, sem duvida—sob um cérto aspecto, entende-se—entre as cartas dirigidas aos seus... correspondentes estrangeiros. Deve ter destruido muitas cartas. E se as não destruiu, confiou-as a pessoas piedosas, se na sua mente acreditou que um dia podéssem servir para corrigir erros ou ilustrar a sua figura; e se pensou em alguma publicação postuma não deixou—é indiscutivel—as cartas inerentes a ela aos arquivos do Vaticano, depois de ter conhecimento de que a historia do pontificado de Leão XIII, embora ordenada para ser feita em breve praso, fôra adiada por ordem superior.

De resto, ainda sobre os documentos *que se não encontraram* não póde dizer-se, sem se entrar no campo da fantasia, que *faltam*. Os documentos absolutamente oficiaes estão no seu logar; os particulares, se se não encontram, é sinal de que já não estão no... palacio de Santa Marta.

Afirma-se entre outras coisas que isto tem dado muito que pensar, mesmo muito.»

. . . .

O caso, porém, é que emquanto a pedra tumular esconde para sempre o cadaver de Rampolla, a imagem de Cristo continuará muda, o tempo apagará a funda impressão do misterioso acontecimento e o seu autor—quem sabe?—poderá ámanhã de teára, na cadeira de S. Pedro, abençoar num largo gesto de autentica e celestial absolvição a humanidade que, acorrentada a velhos erros e erradas crenças, se ajoelhe na sua frente implorando o perdão de Deus pela pessoa do seu representante na terra!...

E é toda assim, a pavorosa historia de Roma!

S. J. M.

Teatro Aveirense

E' certa a vinda, nos proximos dias 5 e 6 de fevereiro, da Companhia do Teatro Avenida de Lisboa, 2.º turno, dirigida pelo actor comico *Carlos Leal*, e de que fazem parte as notaveis actrizes *Maria Victoria, Julieta Soares, Emilia Romo, Alda Aguiar, Maria Rajanto* e *Francisca Martins*.

A magnifica companhia de opereta compõe-se de 60 figuras e faz-se acompanhar da explendida orquestra do Teatro Nacional do Porto, sob a regencia do habil maestro Bernardo Ferreira.

Os espectaculos serão por sessões, repetindo-se na mesma noite, a mesma peça ás 8 e 10 1|4 da noute, o que constitue uma novidade para a nossa plateia, pois é o que lá fóra hoje se usa em quasi todos os teatros de opereta.

As peças escolhidas são a famosa revista **O 31**, em 2 actos e 8 quadros, o grande acontecimento teatral do verão passado, que conta hoje perto de 500 representações, e a célebre opereta portugueza **Guerra aos Homens**, que tão ruidoso sucesso está alcançando no Porto.

Tudo leva a crêr que o nosso teatro tenha néssas noites grandes enchentes, e, assim, aconselhâmos os nossos leitores a que se previnam a tempo com os bilhetes que desde já estão á venda na Tabacaria Reis, aos Arcos, pelos preços seguintes:

Cadeiras	$50
Superior	$30
Geral	$20
Galeria	$12
Camarotes e frizas . . .	2$50
Ditos de lado	2$00

Estes preços são por duas sessões, indistintamente, na mesma ou em noutes diferentes.

Só por uma sessão haverá um aumento de 20 °|°.

Questões de pésca

Uma representação do senado aveirense

Em nome dos interesses de Aveiro, o Senado, tomou tambem, ha dias, a deliberação de se dirigir ao Ex.^mo^ ministro da Marinha, secundando o movimento de protésto contra o emprego dos *cêrcos americanos* junto á costa do litoral e de que mais teem usado e abusado os vapores estrangeiros que nesse serviço se empregam.

A representação é subscrita pelo activo presidente da comissão executiva do municipio, sr. Bernardo de Souza Torres, sendo os termos em que está elaborada, os seguintes:

A proíbição do emprego dos *cêrcos americanos* e outros aparelhos congeneres, nas aguas que banham a costa que decorre entre os paralelos das praias da Granja e Mira, feita pelo decreto de 7 de junho de 1913, no intuito de proteger o exercicio da pesca por meio das *chávegas*, unica arte cujo uso é possivel aos pescadores daquele trato de costa, sob a jurisdição da capitanía do porto de Aveiro, está sendo abertamente infringida por falta duma vigilancia policial atenta e assidua.

Não são apenas os *cêrcos americanos nacionaes* que exercem a pesca na zona que pela disposição daquele decreto lhes está vedada; são tambem, e principalmente, embarcações estrangeiras, quasi todas movidas a vapor, que vem do norte, percorrendo a costa, atraz da sardinha, e que ás dezenas, não é exagero, teem sido vistas, invadindo as nossas aguas territoriaes, atraír com engodos, cercar e pescar aquele peixe, e impedir que ele se aproxime ao alcance das *chávegas*. Vê-se, pelo *feitio*, como a sardinha tem frequentado abundantemente, este ano, as nossas aguas, mas aqueles vapores engodando-a e cercando-a, impedem-na de aterrar.

Se eles exercessem a sua industria fóra das nossas aguas, não teriam, talvez, razão de ser as queixas que vimos trazer ao conhecimento de v. ex.ª, sr. ministro; mas não é isso que acontece, porque as embarcações a que nos referimos, são vistas, em grupos numerosos, a lançar os seus aparelhos, dentro das nossas aguas, áquem do caladoiro habitual das *chávegas*. Ainda no dia 6 do corrente foram contados 37 vapores, pescando nas proximidades da terra, ao norte de S. Jacinto.

E' por isto, sr. ministro, que a industria da pesca nas costas de Aveiro, está atravessando uma crise gravissima, não por falta de peixe, que este ano tem abundado nas nossas aguas, como o demonstra a persistencia nelas de tão numerosos vapores estrangeiros; não por falta de mar e de tempo que neste inverno tem permitido um trabalho aturado; mas porque aqueles vapores impedem a sardinha de se aproximar ao alcance das nossas costas. Assim, sr. ministro, a disposição que v. ex.ª inseriu no citado decreto de 7 de junho de 1913, no intuito de proteger a industria da pesca que se exerce nesta parte do litoral português, e que, em vista da sua importancia, tão larga influencia tem na economia duma grande parte do distrito de Aveiro, será inteiramente ineficaz se v. ex.ª se não dignar adotar novas providencias, no sentido de fazer policiar a costa dum modo efectivo e por fórma que, onde aparecerem os vapores estrangeiros, se encontre um navio de guerra nacional, com o fim de manter as nossas aguas territoriaes no uso exclusivo dos pescadores portuguêses. E isto é mais facil do que parece, porque os vapores estrangeiros navegam sempre juntos, seguindo a sardinha que, em enormes cardumes, vae percorrendo a costa do norte para o sul.

Mandar um navio visitar a costa para em breve recolher ao porto e, dias depois, voltar de novo a visital-a, de nada serve, porque os vapores estrangeiros, conservando-se afastados das nossas aguas, emquanto ele está á vista, invadem-nas logo que o vejam desaparecer no horisonte.

E' esta policia efectiva e permanente, que a câmara municipal de Aveiro em sua sessão de terça-feira ultima, resolveu pedir a ex.ª, numa representação que tenho a honra de subscrever, e bem assim, expôr a v. ex.ª a necessidade de, nas negociações da nova convenção sobre a pesca, a celebrar com a Espanha, se conservar a zona de 6 milhas para as aguas territoriaes das duas nações contratantes.

Esta zona deve manter-se, ainda que isso importe o sacrificio de qualquer outra vantagem, por que, sem ela, teremos sempre no exercicio da pesca uma origem de conflitos e talvez o definhamento dessa importantissima industria, que ficará á mercê da atividade e da avidez sem escrupulos dos pescadores espanhoes.

A câmara municipal de Aveiro confia em que v. ex.ª providenciará desde já, no sentido que pede, pelo que v. ex.ª se tornará credor da gratidão dos povos que representa.

Saude e Fraternidade.

Apoio ao govêrno

Realisou-se domingo no Porto uma grandiosa manifestação de protésto promovida pelas comissões do Partido Republicano Português contra as aleivosas insinuações do senador João de Freitas ao eminente estadista, atual presidente do ministério e ministro das finanças, sr. dr. Afonso Costa, manifestação que atingiu raras proporções e cujo significado é daqueles que não admite duvidas ou erradas interpretações.

A opinião pública está com o govêrno em quem deposita a maxima confiança; está com Afonso Costa em que vê o homem prestimoso que á Republica tem sacrificado tudo para salvar o país das garras dos exploradores, está, finalmente, com quem se mostrou capaz de resolver o problema financeiro justificando assim a razão de ser do atual regimen por uma obra de restauração economica, patriotica e tão fecunda quanto o seu esforço lhe tem permitido concorrer para semelhante *desideratum*.

A manifestação, esquecianos dizer, teve a precedel-a um imponentissimo comicio no qual foi, por diferentes oradores, verberado o procedimento das oposições que de tudo lançam mão para crear dificuldades ao govêrno sem nenhum respeito pelos sagrados interesses da Patria e prestigio da Republica.

De Aveiro foram tambem enviados ao eminente homem de estado que se chama Afonso Costa alguns telegramas particulares e de diferentes colectividades politicas signicando-lhe a repulsão que mereceu nesta terra a calunia com que o pretenderam atingir.

PRESOS POLITICOS

Saíram das cadeias do Porto por nada se apurar que os comprometesse, o industrial désta cidade, Domingos Pereira Campos, a creada do advogado Jaime Silva e ainda o sr. João de Moraes Machado, tambem nosso conterraneo, que ali se encontravam por virtude dos acontecimentos de 21 de outubro.

Ao que consta procéde-se agora aos ultimos retoques no processo que hade acompanhar os presos com culpa formada ao tribunal militar devendo tambem ser presente ao govêrno um relatorio circunstanciado da policia do Porto para comprovar o acerto das deligencias em que interveio o activo oficial sr. Caldeira Scevola.

Acionistas do teatro

Reuniu no domingo em assembleia geral presidida pelo cidadão dr. André dos Reis a Sociedade Construtora e Administrativa do Teatro Aveirense para, em conformidade com os estatutos, lhe ser presente o relatorio e contas da gerencia de 1913, o que têve logar, dando-se no decorrer da sessão um ligeiro incidente provocado pela intervenção nos trabalhos dum acionista não reconhecido como tal, pelo que têve de retirar da sala.

A seguir procedeu-se á eleição da mesa da Assembleia Geral para o ano de 1914 e simultaneamente do Conselho Fiscal e Direcção para 1914 e 1915, que deu este resultado:

Assembleia Geral

Presidente, dr. André dos Reis; *vice-presidente*, dr. Armando da Cunha Azevedo; *secretarios*, João Maria Ferreira da Mota e Antenor Ferreira de Matos.

Direcção

Francisco Augusto da Silva Rocha, Henrique Rato, Antonio Vilar, Manuel Marques da Cunha, Mannel Lopes da Silva Guimarães, João Augusto da Silva Rosa e José Marques Soares.

Conselho Fiscal

Efectivos, Francisco Marques da Silva, Francisco Ferrêira da Encarnação e José Maria da Costa Monteiro.

Substitutos, Eduardo Pinho das Neves, Henrique Norberto de Brito e Antonio José Marques.

Pelo relatorio que nos foi distribuido da direcção sessante vêmos que esta não só honrou condignamente o seu mandato como ainda demonstrou com factos positivos o grande interesse que sempre têve pela administração do teatro, jámais egualado nos ultimos tempos, pois toda a gente sabe do completo abandono a que tinha sido votada pelas direcções transatas a nossa primeira casa de espectaculos.

E porque nós sômos do numero daqueles que vinham verberando de ha muito tal procedimento, que chegava a ser um crime, é por isso que nos congratulâmos hoje pelos resultados obtidos deixando aqui expressos todos os louvores de que é merecedora a direcção a quem foi confiáda a gerencia do teatro no bienio de 1912-1913.

O CORREIO

Outra queixa acabamos de receber do nosso assinante da Ericeira, sr. Manuel Dias dos Santos, que além de lhe terem faltado no mez de dezembro dois numeros do *Democrata*, em janeiro ainda não recebeu nenhum!

Ora isto positivamente não póde ser. Temos a certêsa de que o jornal é expedido da estação de Aveiro com toda a regularidade não cabendo por isso culpa do seu extravio a qualquer dos empregados daqui. Mas alguem a hade ter. Que o sr. administrador geral dos correios indague visto como não podemos eternamente estar sugeitos ao serviço de empregados pouco escrupulosos ou sem nenhuns escrupulos.

Suspensão dum padre

A sua defêsa

Déram os jornaes noticia de ter sido ha pouco suspenso das suas funções eclesiasticas pelo governador do bispado do Porto, a que pertence o concelho de Oliveira de Azemeis, o padre Manuel de Andrade Serodio, sacerdote conhecido pelas suas ideias liberaes e que quer na vila, onde reside, quer nas muitas partes, onde o chamavam, jámais as escondeu, valendo-lhe isso o ser, apontado como um réprobo, um máu padre até ao momento azado de o expulsarem do grémio da Egreja o que só agora levaram a cabo os que lhe não perdoam a livre expansão das suas ideias, tirando-lhe as ordens.

O padre Manuel Serodio, não achando, porém, justos os motivos pelos quaes acaba de ser condenádo vem á imprensa e, sob o titulo—*A minha defêsa*—escreve:

Não me surpreendeu; esperava-a. Não porque a consciencia me acusasse da pratica de acções mais ou menos gràves que me merecessem a reprimenda de uma censura eclesiastica, mas sim porque de sobra conhecia a campanha de intrigas, falsidades e calunias que á volta de mim tinham preparado os inimigos da liberdade e da luz.

Colocado numa atitude de intransigencia perante o proverbial comodismo do clero católico português, e conhecedor do estado de profundo abatimento moral em que se encontra a imensa maioria do mesmo clero, eu, sempre que se me oferecia ensejo de em publico levantar a minha humilde voz não me esquecia de o verberar na responsabilidade da sua incompetencia, e isto não com o fim de o aviltar aos olhos de uma sociedade ávida de progresso e novidade, mas tão sómente na bôa intenção de o arrastar para o campo proficuo de uma intensa acção social, fazendo-me assim éco dêsses denodados propagandistas dum novo ideal que se chamam: Carlos Martel, Ireland, Biederlack.

Daí toda éssa atmosfera de odios e malquerenças criada á volta de mim por quasi todo o clero das freguezias visinhas.

Mas, vejâmos a legitimidade das causas que determinaram o Ex.^mo^ Governador do Bispado a suspender-me.

Fui suspenso: — 1.º *por não ter reformado a minha licença para celebrar*; 2.º por *acusações sobre factos de gravidade*.

Não é minha intenção criticar agora aqui a tirania de uma odiosa lei de excepção que obriga *alguns* padres a irem de tempos a tempos bater ás portas da secretaría dum bispado para *comprarem* uma licença de celebrar que não é mais que uma inqualificavel exploração.

No caso presente eu quero apenas chamar a atenção das pessoas de são criterio para esta coisa vergonhosa a que justamente poderiamos chamar *faciosismo clerical*.

Fui suspenso por não ter reformado a minha licença de ordens, e, no entanto, aqui, nésta mesma freguezia e celebrando nésta mesma igreja, ha um outro padre que nunca renovou éssa licença! Contudo a alta justiça do sr. Governador do Bispado ainda não baixou sobre êle impondo-lhe igual suspensão!

Decididamente o sr. Governador do Bispado, nésta questão, mostra-se duma arbitrariedade e vingança inadmissiveis; e se eu desço á publicidade dêstes factos não é como denunciante a quem cabe a responsabilidade de uma acusação embora justa e fundamentada, mas sómente para pôr em destaque a sua incoerencia e má vontade.

O segundo motivo que levou o sr. Governador do Bispado a suspender-me do exercicio das minhas ordens é fundamentado na *acusação de factos de gravidade* conforme consta da intimação que me foi dirigida.

Antes de proseguir, permitam-se-me umas ligeiras considerações, com o grande bispo católico Mgr. Ireland e Carlos Martel.

Nos diversos tempos são diversas as necessidades, diversos os males, diverso o estado do espirito e do sentimento... diverso o estado social. Cada seculo, cada povo, cada grupo social tem uma mentalidade propria, propõe as questões de uma certa maneira, procura-lhes a solução em tal ou tal sentido. Mesmo a disciplina eclesiastica, as formalidades, a aplicação dos principios imutaveis da fé, tudo isto é do tempo, a nada disto Deus prometeu a imortalidade. O clero tem, pois, de abandonar de vês as eternas saudades de coisas que desapareceram; *precisa compreender e conhecer o proprio tempo.*

Alguns espiritos apoucados quereriam que a Igreja católica fôsse sempre o que foi em certas épocas. E' causar-lhe um enorme prejuizo, é querer comprometêl-a, pretender que seja incapaz de se adaptar a um meio novo variavel. Fundada pelo divino Redentor para subsistir em todos os seculos, vive em cada um dêles e toma, por assim dizer, a fórma que lhes é propria.

Agora os comentarios. Esses factos de gravidade a que se refere o sr. Governador do Bispado são a denuncia que lhe foi feita do meu contrato de casamento.

Pois bem. E' honrosa a minha situação perante a parte sã da sociedade! A justificar a minha atitude tenho eu as leis da minha Patria, quando mesmo me falte a sanção e garantia das leis eclesiasticas.

Sempre me revoltei contra essa inexequivel lei do celibato obrigatorio, o maior cancro do clero em todos os tempos, e em todas as idades. Fazer a historia do celibato o mesmo é que traçar a pagina mais negra da historia da Igreja—essa pagina de imoralidade, de nefandos abusos, alguns a começarem nos proprios Papas, como João XXII, e todos êles a terminarem no baixo clero.

A Republica Portuguêsa fazendo do padre um cidadão livre prestou á sociedade e á religião um dos maiores beneficios que pódem brotar do crepitar estrondoso duma revolução.

O padre casado, abrindo os sentimentos afectivos de seu coração ao amor intimo da familia, morigerando os costumes do lar, hoje esfacelado pelas mil vicissitudes duma sociedade descrente, pagã e materialisada—esse padre hade conquistar, dentro em bréve, no meio do povo que hoje o odeia pelas suas imoralidades e hipocrisias, aquêle logar de simpatia e distinção que lhe roubou o padre adultero, incestuoso e imoral!

Nêste sentido, poderá a minha situação recair sob a alçada das penalidades eclesiasticas, mas considero-me como um homem de bem que saberá impôr-se á consideração da sociedade honesta pela lhanêsa das suas acções, e pela nobresa do seu carater.

Poderei ser censurado por aquêles que *ainda não abandonaram de vês as eternas saudades de coisas que desapareceram*, mas a realçar a altivez do meu pensar, que não deixará de encontrar éco na consciencia dos espiritos esclarecidos, terei eu do lado dos que hoje me perseguem essa multidão execranda de sacerdotes imorais e escandalosos que continuam, contudo, a viver nas bôas graças do sr. Governador do Bispado, que até hoje, na sublimidade augusta da sua alta justiça e equidade, ainda se não dignou suspendêl-os!!

Sim! Porque se eu não julgasse desprestimoso para a minha dignidade de homem de brio bisturiar pustulas de naturesa moral e me quizésse submeter á aviltante leviandade de um confronto que a minha consciencia jámais consentirá—iria agora perguntar qual a rasão porque ainda não foram igualmente suspensos padres que vivem na mais escandalosa mancebia, alguns dêles bem *pertinho* désta vila, numa freguezia pendurada na encosta duma serra...

Mas, basta. Não é minha intenção, repito, desempenhar aqui o papel sempre odioso de denunciante.

Senhor Governador do Bispado do Porto! Pelos casos de odiosa excepção que acabo de relatar, e que só por si revelam bem a mais flagrante contradição, incoerencia e arbitrariedade—eu não reconheço em V. Ex.ª autoridade moral para me impôr uma suspensão!

Que as vinganças mesquinhas fervilhem cá fóra no campo profano da politica, onde se debatem odios e se degladiam paixões—intende-se; mas que o faciosismo penetre tambem no recinto *sacrosanto* da secretaría dum bispado, onde só deve imperar a equidade e a justiça—é o que não podemos compreender!

As leis, Ex.^mo^ Senhor, para serem exequiveis, teem de ser, antes de mais nada, justas e equitativas!

Continuarei no exercicio das minhas ordens.

Oliveira de Azemeis, 17 de janeiro de 1914.

Manuel de Andrade Serodio

Vamos a vêr depois disto o que mais se ordena contra o padre Manuel Serodio, que nem por vir tarde deixou de aparecer na altura de contribuir com um grande exemplo para a emancipação da sua classe.

Ainda bem

E' já conhecida a opinião dos grandes jornaes sobre a vinda a esta cidade do ilustre chefe do evolucionismo. Sobre o caso falaram o quinzenário independente, *A Verdade*, o semanario ultra-independente, *Os Sucéssos*, assim como o seu correspondente no Rio de Pereira, (não confundir com Rio de Janeiro...) sr. João Ferreira de Matos, empregado da importante fabrica da Vista-Alegre e até hoje sem filiação partidaria, que se saiba, mas que assistiu de *visu* á recepção feita na estação ao sr. Antonio José.

Como se vê são em demasia autorisadas taes opiniões e todas elas concordes em reconhecer que se o sr. Antonio José de Almeida tem vindo antes das eleições, outro galo cantaria aos correligionarios do chefe aero-evolucionista, que, como se viu, não póde ter comparação na sua festa com a do sr. dr. Afonso Costa, que resultou fria, mas muitissimo fria mesmo...

Vamos agora a vêr o que dirão estas gasêtas e o sr. João Ferreira de Matos, que talvez para essa data tenha já conhecida filiação partidaria, sobre a possibilidade ou não do chefe evolucionista ascender ás almejadas cadeiras do poder...

Manifestações... comparadas

DOIS PROTÉSTOS

«Tem produzido funda impressão no país o relato da triste jornada evolucionista de sexta-feira ultima no Senado.

A indignação pela fórma por que se pensou poder caluniar um homem de estatura moral do dr. Afonso Costa, é quasi geral.

De toda a parte afluem cartas e telegramas manifestando o sentir da opinião, que lamenta o sucesso desvairado e o comenta com a mais profunda indignação.

De Aveiro foram muitas comunicações no mesmo sentido enviadas ao ilustre presidente do govêrno. A redacção do *Campeão das Provincias* enviou tambem a sua, nos seguintes termos:

Il.^mo ex.^mo sr. dr. Afonso Costa.—A redacção do *Campeão das Provincias* secundada pelo voto de todos os seus amigos pessoais e politicos do concelho e distrito de Aveiro, sauda em v. ex.ª a Patria e a Republica Portuguêsa, de quem v. ex.ª é o braço forte e o iluminado cérebro dirigente.

A obra de resurgimento nacional a que v. ex.ª votou toda a energia das suas poderosas faculdades de talento e trabalho e toda a dedicação da sua alma de patriota, tem na gratidão e no louvor da grande maioria do povo português a sua mais soléne e mais brilhante consagração.

Nunca ninguem subiu tão alto, nem firmou sobre tão solidas bases o pedestal sobre que se ergue.

Não chegam lá os debeis sopros da calunia. Não póde contra a muralha com que éssa obra fortificou a alma nacional, a preversidade do instinto humano desenhada no quadro lobrego que se desenrolou ultimamente no Senado.

O nome de v. ex.ª saíu de lá coberto de louros. Não calunia quem quer.

Afirmando a v. ex.ª a sua mais absoluta solidariedade, a redacção do *Campeão das Provincias* honra-se em testemunhal-o aqui, e eu em subscrever-me

De v. ex.ª, etc.

Firmino de Vilhena.»

(*Campeão das Provincias*, de quarta-feira, 14 de janeiro de 1914.)

«Ao energico protésto, que provoca em todo o país a vilissima campanha de difamação levantada contra o venerando chefe do govêrno e do partido progressista, **se associa com veemencia** o *Campeão das Provincias*, **que ainda hoje se orgulha de haver tido esse honrado e eminente estadista por conterraneo seu e um dos seus fundadores.**

Parecia-nos absolutamente inutil esta declaração. Ha lutas em que se não entra, e acusações a que se não responde.

Mas desde que nem todos os que, como nós, professam pelas nobilissimas virtudes civicas e particulares do sr. conselheiro José Luciano de Castro uma religiosa admiração, podéram conter o afectuoso impeto da sua justa indignação contra essas aleivosas calunias, com que se tem a louca pretensão **de deprimir um caracter afirmado durante mais de meio seculo de vida publica por actos inexcediveis de abnegação e honestidade,** tambem não podêmos nem devemos ficar calados.

Estâmos, como sempre temos estado, ao lado de quem continúa sendo o mais prestigioso dos homens publicos do seu tempo, e o mais respeitado e bemquisto dos chefes politicos do seu país, sem que esta soléne afirmação da nossa atitude signifique reconhecimento ou receio de que ele precise de ser defendido ou amparado.

Quem firmou os seus creditos num passado tão longo como imaculado, e enraisou o seu culto na fanatica adoração de todos os que o conhecem, póde estar cérto de que as setas da calunia, por mais traiçoeiramente apontadas e raivosamente impelidas, o não atingem nunca.»

(*Campeão das Provincias* de quarta-feira, 8 de fevereiro de 1905.)

Sabido, como é, a maneira indecorosa como mais tarde foi apreciado o chefe progressista no orgão que se *orgulhava de haver tido esse honrado e eminente estadista por conterraneo seu e um dos seus fundadores*, que admira que ámanhã Afonso Costa apareça tambem elameado por os mesmos que hoje se esfalfam a engraxal-o?

Ou não fosse de egual procedencia a prosa dos dois protéstos expontaneamente saída de quem *só na téla da consciencia desenha com firmêsa...*

O que é um evolucionista

10 o/o de despeitado
10 o/o de talassa
10 o/o de ambicioso
10 o/o de furioso
10 o/o de desiludido
10 o/o de jesuita
10 o/o de nobreza
10 o/o de católico
1 o/o de oposicionista
9 o/o de republicano

Deita-se tudo isto num almofariz, moe-se muito bem... com um cacete de democratico, deita-se molho picante de *formiga branca* e obtem-se um evolucionista, para juntar aos 17 que ha em Lisboa.

(Do *Almanaque do Zé*)

Se ha 17 em Lisboa, como afirma o autor da receita, aqui ha milhares!...

Só quem não viu a recepção ao sr. Antonio José quando no dia 4 visitou Aveiro investido no seu cargo de chefe politico...

O DEMOCRATA

Vende-se em Aveiro nos kiosques *Pereira*, em frente ao Mercado do Côjo e *Valeriano*, Praça Luís Cipriano.

PELA IMPRENSA

—(*)—

Pelos seus aniversários cumprimentâmos os nossos colégas *O Radical*, de Oliveira de Azemeis, e o *Mensageiro de Cira*, que se publíca trimensalmente em Vila Franca de Xira, desejando a ambos a continuação das suas prosperidades.

=Temos recebido regularmente o suplemento de *Modas & Bordados* editado pela emprêsa do jornal *O Seculo*, que cada vez se torna mais interessante.

Notas mundanas

Por um dos ultimos correios de Africa recebemos noticias do nosso amigo, sr. Domingos Rei Néto, escrivão-tabelião em Malange, que, depois de ter passado ligeiramente encomodado, se encontra já de perfeita saude.

Estimâmos assim como as suas felicidades.

=Após a passagem duma temporada na sua casa de Macinhata do Vouga regressou ás suas ocupações comerciaes, em Brazzaville, Congo Francês, o sr. David Ferreira da Costa.

=Vimos nésta cidade o sr. Ribeiro Dias, farmaceutico em Mira.

=Tambem aqui estivéram os srs. Antonio Simões Jorge, da Taipa e Manuel Teixeira Ramalho, de Cacia.

=Regressou de Lisboa o sr. Luís Antonio da Fonseca e Silva, empregado interino do governo civil.

=Vai em via de restabelecimento o sr. Domingos Gamelas Junior.

=Partiu já para París o nosso conterraneo e amigo, sr. dr. Antonio do Nascimento Leitão, capitão-medico do Ultramar.

Novos assinantes

Acabam de inscrever-se assinantes de *O Democrata* os srs. Adelino Martins Pereira do Amaral, proprietario duma importante *garage* de automoveis, em Malange, e Agostinho Filipe, chefe de agrimensura do distrito da Lunda, e Manuel Ferreira da Cruz, do concelho de Anadia, aos quaes agradecemos a preferencia com que acabam de distinguir-nos.

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

JANEIRO

DIAS	PHARMACIAS
25	LUZ

Ultramar

Aos nossos presados assinantes da Africa, Brazil, Congo, etc., a quem pelo correio nos dirigimos enviando-lhes nota dos seus débitos, roga a administração do *Democrata* **a finêsa de os mandarem satisfazer pela via que melhor lhes convier cérta, como está, de que todos assim procederão atenta a sua comprovada honestidade.**

E aceitem por isso o nosso antecipado reconhecimento

O tempo

Depois do frio, a chuva. Era logico. E como ninguem póde opôr-se ás leis da naturêsa, cá vai a humanidade aguentando com todos estes rigores do inverno até que outra estação venha pôr ponto a tão aborrecido tempo.

Já não falta tudo.

CORRESPONDENCIAS

Mamodeiro, 13

(Retardada)

Pelo extracto que a imprensa deu á estampa da conferencia realisada em Aveiro pelo sr. dr. Antonio José de Almeida no dia 4 do corrente, vê-se que o grande tribuno pretendeu deitar tudo por terra ficando só êle bem direito e aprumádo.

A conferencia do chefe evolucionista, diga-se em abono da verdade, representou para o clericalismo uma alegria indiscritivel, uma esperança imorredoura.

Confirmada que fôsse éssa alegria e realisada éssa esperança, podiamos ter por cérto que tudo ia a terra e só ficava de pé o sr. dr. Almeida amparado pelo reaccionarismo, que s. ex.ª outr'ora combateu sem contemplações de especie alguma.

Para edificar é preciso demolir, disse o sr. Antonio José de Almeida no seu tempo de propagandista. Com efeito s. ex.ª foi um acerrimo demolidor da monarquia, como tambem não se póde negar que foi um bom agente edificador da Republica. Ministro do Interior do Govêrno Provisorio, assinou todas as leis dêsse govêrno. Por tudo isso se julgou o chefe evolucionista no direito de impôr a sua vontade ao país e que todos lhe prestassem obediencia inteira de modo que os seus companheiros no infortunio se subjugassem ao seu modo de vêr e de pensar.

Demoliu e edificou a sua parte; agora pretende demolir o que tanto custou a edificar. E' um estado morbido que inspira compaixão, este em que se encontra o sr. Antonio José de Almeida!

A promessa que os seus arautos apregoam de que sendo podêr a lei de Separação hade ser modificada de módo que agrade a todos, dá-nos a prova concludente de que o cérebro do chefe evolucionista não está no seu estado normal. Poderá a reforma prometida *agradar a todos*, mas a todos os reacionários e comparsas almeidistas. Ao resto não.

Se o grande tribuno dantes atacasse o govêrno por êle não fazer cumprir a lei da Separação; se nos seus ataques se lembrasse das classes pobres que estão lutando com a fome, então prestaria s. ex.ª melhores serviços ao publico dandolhe a ideia dum espirito magnanimo que se inspirava no bem geral.

Contrariamente a isto, o sr. Almeida só procurou engrandecer-se deprimindo quem lhe não péde favores para bem administrar a nação.

Verdade é que se o novo messias enveredasse por outro caminho estava a estas horas rodeado de pragas e coberto das maldições do clericalismo que o àmpara.

F.

Macieira de Cambra, 19

Um padre fóra da ordem

A Junta de Paroquia da freguezia de Macieira de Cambra, de harmonia com o artigo 85 da Lei da Separação do Estado das Egrejas deliberou em sua sessão de 4 do corrente não autorizar as despezas com o lausperene que todos os domingos se fazia nésta freguezia e que ha quarenta anos a esta parte era custeada com o rendimento de dez contos de reis nominaes.

O paroco da freguezia, Joaquim Tavares de Oliveira Coutinho, no domingo ultimo, tanto á primeira como á segunda missa procurou indispôr o povo com a Junta por esta cumprir a lei, convidando-o a protestar contra a deliberação daquêle corpo administrativo da paroquia, o que equivale a espezinhar a mesma lei.

Em vista da gravidade das circunstancias em que o apêlo ao povo foi feito o presidente da junta apresentou queixa na administração do concelho no dia 12 esperando-se que a autoridade proceda como não póde deixar de ser contra tão insolito procedimento do padre.

E falaremos.

C.

Serviço de cobrança

Aos nossos presados assinantes de **S. João da Madeira, Cezár, S. Roque e Nogueira do Cravo** a quem ultimamente enviámos á cobrança pelo correio os recibos vencidos ou prestes a vencerem-se, de *O Democrata*, e que viéram devolvidos, rogâmos a especial finêsa de o mais bréve possivel os mandarem satisfazer nésta redacção pelo que lhes ficâmos muito reconhecidos.

Despedida

O capitão-medico Antonio do Nascimento Leitão, tendo de mudar a sua residencia para Paris, sem tempo para se despedir pessoalmente das pessoas das suas relações, faz-lhes por este meio os seus cumprimentos, oferecendo o seu pouco prestimo naquéla capital.

Ultima hora

—=(*)=—

O conflito com o govêrno e o Senado

Lisboa, 22

Está ao que parece solucionado o conflito entre o govêrno e o Senado que ontem foi objecto de larga discussão na câmara dos deputados por parte de alguns representantes dos vários partidos que ali teem assento.

O sr. dr. Alexandre Braga, *leader* da maioria, apresentou uma proposta de adiamento das sessões por 10 dias a qual, entrando desde logo em discussão, deu logar a tumultos com intervenção das galerias, que tivéram de ser evacuadas pela força publica.

Essa proposta, que hoje veio publicada no *Diario do Govêrno*, é do teor seguinte:

«Proponho que a câmara dos deputados tome, nos termos da alinea *f* do artigo 23.º da Constituição, a iniciativa de fazer convocar o Congresso, afim de nêle se discutir e votar o seguinte: adiamento das sessões parlamentares pelo maximo de dez dias para que possa regularisar-se, a bem da Republica, o funcionamento normal do poder legislativo e, como logica e consequente, a prorogação, além de 2 de abril proximo pelo mesmo praso de tempo da sessão legislativa ordinaria, regulando-se os trabalhos parlamentares pelas disposições constitucionaes que asseguram o seu melhor aproveitamento.

Egualmente proponho que, havendo divergencias entre o criterio do govêrno e o duma parte do Senado ácêrca do intendimento do disposto do artigo 25.º § unico da Constituição, na mesma sessão se interpretem aquêle artigo e o paragrafo; e que sendo o presidente désta câmara o unico, nésta ocasião, em exercicio nas suas secções do congresso, oficie a quem quer que desempenhe no Senado as funções do seu presidente, no momento ausente do país, comunicandolhe a referida convocação que deverá tambem fazer-se publicar no *Diario do Govêrno*, de ámanhã.»

Faláram sobre este assunto o chefe do partido unionista ao qual retorquiu o sr. Afonso Costa para lembrar as incoerencias em que a cada passo caíu o sr. Camacho durante o seu estirado discurso de oposição á proposta.

O debate continuará hoje sendo de presumir que termine tarde pelo que me não responsabiliso a mandar dêle noticia conforme os seus desejos.

Vâmos a vêr.

C.

A gréve ferro-viária

Apesar de em Lisboa se ter desenhado um vasto movimento entre as classes trabalhadoras tendente a auxiliar a continuação do que ha uma semana se está passando com o pessoal da Companhia dos Caminhos de Ferro e o Conselho de Administração, é fóra de duvida que se póde considerar extinta por compléto a gréve em que aqueles se haviam lançado para fazer valer os seus direitos, muito embora, por falta talvez de direcção, ela não tivésse atingido as proporções que se notou na de 1911 quando, pelo mesmo motivo, os ferro-viarios abandonáram o serviço.

Deve estar ainda na memoria de todos o que então se passou, sem que tivésse havido uma unica violencia, o mais pequeno motivo para a intervenção da força armada. Mas desta vez não aconteceu assim, infelizmente, muito embora não existam consequencias de maior que nos levem a acreditar numa propositada provocação, que além de censuravel não daría aos protestantes aquéla força moral que lhe reconhecemos para exigirem o que é justo que tenham e faz parte das suas constantes reclamações.

Para complemento désta noticia, agradavel sob todos os pontos de vista, e de interesse público, diremos ainda que a circulação dos comboios se deve fazer a partir de hoje com toda a regularidade como normalmente se espera que se façam as distribuições do correio cuja falta se deve di...

zer em abono da verdade não foi tão sensivel agora como por ocasião da gréve transata.

Que o país entre na almejada pacificação que tão necessária se torna para, por meio do trabalho, se elevar e progredir, são os nossos votos, são os votos de todos os republicanos portuguêses que se interessam, sacrificam e querem as prosperidades da sua Patria.

Roubo importante

Os gatunos assaltaram esta noite por meio de arrombamento, para o que se serviram de diversos utensilios de lavoura, os escritorios da agencia nésta cidade da *Vacuum Oil Company*, na estrada da Barra, donde levaram 300 escudos em dinheiro que se encontrava dentro duma caixa.

Foi apresentada queixa na policia constando-nos que não será dificil descobrir-se a pista dos implicados na *limpêsa* noturna se se atender bem ás circunstancias em que o roubo se deu.

A situação politica

Lisboa, 22.

Foi aprovada a proposta do dr. Alexandre Braga depois de violenta discussão na casa do Parlamento. Houve manifestações estrondosas a favor da conservação do govêrno voltando a intervir as galerias, que foram evacuadas.

O Congresso reune, portanto, na segunda-feira.

C.

O SAL

Tem estado em Aveiro ao preço de 40$00 o vagon.

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

Anuncios